

1. O deputado Matheus Gomes fez uma análise do orçamento do governo nos últimos anos e observou que houve mais gastos com resposta à emergência do que com obras de prevenção. Ele também aponta que o plano plurianual que está sendo elaborado para o período de 2024 a 2027 tem um valor considerado baixo para a gestão integrada em proteção e defesa civil, de apenas R\$ 8,8 milhões para quatro anos, que é menos do que foi gasto nos últimos anos. Como o governo se posiciona sobre isso?

O Estado do Rio Grande do Sul conta com um sistema eficaz de monitoramento e alertas para casos de eventos climáticos extremos considerados dentro da normalidade. No entanto, para os casos de situações climáticas como a que atingiu o Vale do Taquari, em que a gravidade não tinha precedentes, o governo iniciou um mapeamento de novas tecnologias e sistemas utilizados em outros estados e países, para verificar a viabilidade da implantação em território gaúcho o mais breve possível.

Atualmente o Estado conta com cerca de 200 estações hidrometeorológicas automáticas integradas. O sistema recebe informações de estações do Serviço Geológico do Brasil (SGB), do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), do setor elétrico e da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro).

As informações são avaliadas diariamente pela equipe da Sala de Situação, que trabalha em regime de plantão 24/7 e é composta por meteorologistas e hidrólogos. Os técnicos fazem a análise dos dados e repassam as informações para a Defesa Civil, que emite os alertas à população.

Com relação aos investimentos, seguem as informações da Secretaria do Meio Ambiente com impacto na política de combate aos efeitos de eventos climáticos extremos:

2023: R\$ 17,7 milhões, até o momento.

Gestão de Risco com os serviços de operação da Sala de Situação e manutenção da Rede Hidrometeorológica.

Edital Sema-Fapergs de pesquisa em emissão de gases de efeito estufa.

Início da tramitação do Plano de Transição Energética Justa.

Estão previstos mais R\$ 1 milhão até o final de 2023 para contratação da manutenção da rede hidrometeorológica.

2022: R\$ 5,6 milhões

Gestão de Risco com os serviços de operação da Sala de Situação e Rede de Monitoramento Hidrometeorológico.

Plano Setorial de Desenvolvimento do Mercado do Hidrogênio Verde no RS.

2021: R\$ 2 milhões

Gestão de Risco com os serviços de operação da Sala de Situação e Rede de Monitoramento Hidrometeorológico.

2020: R\$ 2,3 milhões

Gestão de Risco com os serviços de operação da Sala de Situação e Rede de Monitoramento Hidrometeorológico.

2019: R\$ 7,9 milhões

Gestão de Risco com os serviços de operação da Sala de Situação.

Ampliação da rede de monitoramento hidrometeorológico.

Sistema Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres de uso da Defesa Civil: R\$ 1,5 milhão.

2018: R\$ 1,4 milhão

Gestão de Risco com os serviços de operação da Sala de Situação e Rede de Monitoramento Hidrometeorológico.

2017: R\$ 1,5 milhão

Gestão de Risco com os serviços de operação da Sala de Situação.

2016: R\$ 1,7 milhão

Gestão de Risco com os serviços de operação da Sala de Situação.

2015: R\$ 299 mil

Início da Sala de Situação.

2014: R\$ 659 mil

Aquisição de estações para a rede hidrometeorológica de monitoramento.

Valor investido em ações relacionadas a eventos climáticos dentro do próximo Plano Plurianual, a contar de **2024:** R\$ 138,5 milhões.

Estão incluídos:

- Operação da Sala de Situação;
- Manutenção e operação das estações hidrometeorológicas;
- Painel com informações sobre a situação da estiagem no RS;
- Projeto-piloto para recuperação de APP (Área de Preservação Permanente) dos cursos d'água das bacias hidrográficas dos rios Gravataí e dos Sinos;
- Projeto de recuperação de APP de cursos d'água das bacias da Lagoa Mirim e Canal São Gonçalo;
- Programa Supera Estiagem;
- Programa Biogás – RS, para fortalecimento das cadeias produtivas do agronegócio, transformação de resíduos em subprodutos, proteção dos lençóis freáticos, minimização do impacto no efeito estufa e fixação do jovem no campo;
- Programa Avançar no Clima (governança climática, Pagamento de Serviços Ambientais – PSA, Balanço dos Gases de Efeito Estufa – GEE, Qualidade do Ar – Climatempo, Plano de Descarbonização, Sistema Roadmap Climático).

Com relação aos investimentos, seguem as informações da Casa Militar com impacto na política de combate aos efeitos de eventos climáticos extremos:

2023: R\$ 650 mil para aquisição de equipamentos e um caminhão para a Defesa Civil. Estão previstos mais R\$ 6 milhões, até o final de 2023, para licitação e contratação de serviço de radar meteorológico banda C.

2022: R\$ 8,4 milhões para aquisição de veículos, camionetes, equipamentos de informática, mobiliário e módulo de expansão do Sistema Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres de uso da Defesa Civil;

2021: R\$ 65 mil para aquisição de equipamentos de informática.

2020: R\$ 470 mil para aquisição de minivans e camionetes.

2019: R\$ 280 mil para aquisição de camionetes.

2018: não houve investimento.

2017: R\$ 8 mil para aquisição de equipamentos de informática.

2016: R\$ 870 mil para aquisição de camionetes.

2015: não houve investimento.

2014: R\$ 37 mil para aquisição de equipamentos de informática e mobiliário.

Outros valores investidos em ações relacionadas a eventos climáticos dentro do próximo Plano Plurianual, a contar de **2024:** R\$ 8,8 milhões.

Estão incluídos:

- Incremento do número de áreas de risco de movimentos de massa e risco hidrológico, realizado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).
- Criação do Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres.

2. Diante do quadro climático do Estado há previsão para implantação do Plano de Prevenção de Desastres?

A informação que recebi foi de que o plano foi elaborado na gestão Sartori, ficou cerca de dois anos na Casa Civil, foi finalizado em 2017, mas nunca mais avançou. Por que não houve avanço? Há planos para retomar esse processo e colocar o plano em vigor?

Embora os estudos da Política de Gestão de Riscos e Desastres não tenham evoluído no Legislativo, haja vista a implementação na prática de ações nela previstas, uma série de medidas e projetos já foram colocados em execução. De qualquer forma, a Casa Civil solicitou à Sema e à Defesa Civil a análise interna dos estudos para avaliar as ações desempenhadas e previstas, além de sua complementariedade ao Sistema Integrado de Monitoramento e Alerta (Sima), criado em 2022 e que recebe a Sala de Situação, e a oportunidade de construção de uma lei própria que possa trazer novos elementos, utilizando-se do anteprojeto de lei complementar.

3. Os comitês reclamam que o governo não está fazendo o repasse os recursos para eles. Alguns dizem não receber já há oito anos. Por que isso está ocorrendo?

Os comitês também se queixam de não estarem sendo consultados, envolvidos para ajudar a resolver problemas. É o caso, por exemplo, da bacia do Tramandaí, onde ocorreram os desastres de junho, em Maquiné. Os comitês de bacias têm papel fundamental na gestão dos recursos hídricos. E os gestores que entrevistei apontam que bons planos podem ajudar a diminuir o impacto dos desastres. Por que eles não estão sendo implementados?

O governo do Estado está fazendo uma revisão dos procedimentos e os comitês estão sendo instruídos sobre como acessar os recursos.

4. Por que o Rio Grande do Sul ainda não assinou o Pacto de Governança das Águas, já que 20 estados da federação já assinaram?

O processo de assinatura está em tramitação e deverá ocorrer nas próximas semanas.

5. Com relação ao Consema, ambientalistas denunciam o risco que o bioma Pampa corre risco com a expansão da silvicultura, pelo fato do conselho ter aprovado o aumento da área de floresta plantada em quatro vezes. O presidente do conselho foi representante da Farsul e ambientalistas criticam que a decisão foi tomada somente considerando os interesses da indústria de celulose. Qual a posição do governo frente a essa questão?

O Rio Grande do Sul é o único Estado que tem um zoneamento específico para a atividade de silvicultura, o que torna esse processo ambientalmente ainda mais seguro. Após três anos de discussões no Conselho Estadual de Meio Ambiente, com um corpo técnico qualificado envolvido dentro das Câmaras Técnicas e consulta pública realizada com mais de 200 contribuições, se chegou, na plenária do Consema, à aprovação com a maioria dos votos. A atualização desse instrumento de gestão e uso do solo para essa atividade segue com os preceitos da preservação, aliados ao desenvolvimento econômico.

Segue a matéria sobre a aprovação

<https://www.sema.rs.gov.br/consema-aprova-atualizacoes-no-zoneamento-ambiental-da-silvicultura>